

Ministérios têm até terça-feira para discutir corte

BRASÍLIA — Os ministérios têm até terça-feira, às 15 horas, para examinar as propostas orçamentárias de suas respectivas pastas para 1989, com os cortes promovidos pelos técnicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, José Ribas Neto, garantiu ontem que os ministérios poderão questionar os cortes propostos nas rubricas de "outros custeios" e "despesas de capital", mas não poderão ultrapassar os limites determinados e tampouco reativar projetos extintos em função da transferência de recursos da União para os estados, com a nova Constituição.

Os técnicos da Secretaria de Orçamento e Finanças começaram a entregar as propostas aos ministérios e unidades da administração direta na sexta-feira à noite, trabalharam durante todo o sábado, e deverão continuar hoje explicando os cortes realizados. José Ribas Neto disse que foram reduzidos recursos apenas da rubrica "outros custeios" e "despesas de capital", porque a Seplan já havia conversado com os representantes dos ministérios sobre os gastos com pessoal, dívida interna e externa. Como nessas três áreas praticamente não pode haver nenhum corte, o governo reduziu recursos nas rubricas onde estão projetos vinculados à "operação desmonte".

Constituição — O secretário de Orçamento e Finanças não adiantou nenhum número sobre o total de corte no Orçamento da Geral da União para 1989, mas o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu disse que esse valor está definido — Cz\$ 1,3 trilhão. O orçamento foi feito obedecendo a Constituição atual, mas seguindo também o perfil da nova. Em função disso, o governo remeteu para a "reserva de recursos", as verbas que hoje ainda lhe pertencem e que terão que ser repassadas para os estados no ano que vem, conforme a nova Carta.

O orçamento Geral da União para o ano que vem foi realizado considerando principalmente a nova partilha de tributos definidos pela Assembléia Nacional Constituinte. José Ribas Neto disse que a perda da receita tributária da União com a nova Constituição deverá ficar em 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Entre os cortes propostos pela Seplan, e que será mantido, está o programa de penitenciárias do Ministério da Justiça, responsável pelo consumo de 60% do total das verbas da pasta e que gastou neste ano Cz\$ 4 bilhões. Técnicos da Seplan disseram que ao elaborar a proposta orçamentária procuraram preservar a Polícia Federal, em função da sua importância e de programas prioritários, como o de combate ao tráfico de drogas. Apesar da insatisfação que a redução de recursos deverá causar em muitas pastas, o secretário de Orçamento e Finanças não acredita em conflitos, e reafirmou que a versão final do orçamento estará concluída até 31 de agosto, para ser enviada ao Congresso Nacional.